UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
(UFSC)

RELATÓRIO DE PESQUISA[1]

Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)

Mara Coelho de Souza Lago[2]

Rosana de C. Martinelli Freitas[3]

Elizabeth Farias da Silva[4]

Ana Paula Martins[5]
Ângela Pereira Figueiredo
João Matheus Acosta Dallmann
Kelem Ghellere Rosso
Lívia Espíndola Monte
Selma Ramalho de Paula
Yuri Eller Verzola

[1] O conteúdo deste Relatório compõe o Relatório Final Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis) registro ISBN - 978-85-7426-118-8, e o artigo que se encontra no prelo para publicação pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UFSC (Mestrado e Doutorado).

[2] Professora do Departamento de Psicologia da UFSC (Programa de Adesão Voluntária). Participa do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.Doutora em Psicologia da Educação UNICAMP/SP. É uma das editoras da Revista Estudos Feministas.

[3] Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente em exercício no Departamento de Serviço Social da UFSC. Mestre em Serviço Social e Doutora no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política UFSC.

[4] Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Doutora em Educação USP/SP.

[5] A equipe é ainda formada por estudantes da UFSC graduandos/as dos Cursos de Serviço Social (Ana Paula Martins e Selma Ramalho), do Curso de Psicologia(Lívia Espíndola Monte;Ângela Pereira Figueiredo e Yuri Eller Verzola) e Ciências Sociais (João Matheus Acosta Dallmann e Kelem Ghellere Rosso)

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BV	Benefício Variável
BVJ	Benefício Variável Jovem
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Indice de Desenvolvimento Humano
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Medida Provisória
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Programa de Atendimento Integral à Famíla
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPD	Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
PBF	Programa Bolsa Família
SC	Santa Catarina
SEPEX	Semana de Pesquisa e Extensão UFSC/CNPq
SNIS	Swis Network International Studies
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas –São Paulo
UNIL	Universidade de Lausanne
USP	Universidade de São Paulo

Introdução

Este relatório apresenta uma síntese de pesquisa realizada por equipe multidisciplinar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e compõe projeto de investigação de âmbito internacional proposto pelo Dr Jean-François Mérrien no âmbito da Rede de Estudos Internacionais (SNIS-RUIG) Suiça, da qual participam, no Brasil, pesquisadoras/es de Florianópolis (UFSC/IPEA) e Brasilia (UNB/IPEA), selecionadas/os por meio da Chamada Pública 90/2010, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A pesquisa foi realizada em quatro bairros da cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina (SC), dois na Ilha de Santa Catarina (Tapera e Vila do Arvoredo) e dois na parte continental da capital (Monte Cristo e Ponta do Leal). Este recorte da pesquisa, reflete sobre o significado da inclusão das mulheres como titulares do Programa Bolsa Família (PBF), sobretudo no que diz respeito a seu lugar como provedoras da unidade doméstica, ou responsáveis por complementar a renda familiar. O conteúdo expõe os desafios de uma análise a partir da heterogeneidade, que caracteriza a formação das/os pesquisadoras/es envolvidas/os, e busca a apreensão de aspectos contextuais, bem como as singularidades do processo de gestão do PBF pelos sujeitos entrevistados.

A pesquisa teve como objetivo geral a análise das modalidades e mecanismos de gestão dos recursos oriundos do Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) Bolsa Família, com foco na forma como mulheres de Florianópolis administram seu cotidiano familiar e no modo como ocorrem suas relações com o Estado por meio da política de assistência social, educação e saúde, em decorrência de suas inserções no PBF.

Ao longo da última década, os PTCRs proliferaram na América Latina e em outras regiões, tendo sido concebidos com o objetivo de reduzir a extrema pobreza e a pobreza, através da implementação de intervenções de curto e longo prazo que devem contribuir para o rompimento do ciclo geracional da pobreza.

Embora haja alguns estudos favoráveis aos PTCRs, há também reflexões críticas que questionam o alcance dos Programas, sua eficácia e efetividade, se as transferências deveriam ser condicionadas (SCHWARZMAN, 2009), ou não. Igualmente se indaga se os Programas estariam reforçando o poder das mulheres dentro do agregado familiar, na medida em que são elas, em sua maioria, as titulares no recebimento do recurso e, consequentemente, responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades (FREITAS, 2008), ou se os PTCRs estariam enquadrados analiticamente fora do seu contexto

histórico específico no processo de desenvolvimento capitalista, com efeitos perversos implicados no discurso de "empoderamento" das mulheres, que segue a perspectiva do Banco Mundial e de outras agências de financiamento (CHANT, 2006; CORNWALL; HARRISON, 2007; FREITAS, 2008).

No que diz respeito ao Brasil, o PBF é concebido, analiticamente, como expressão atual do processo de desenvolvimento dos PTCRs. Com o objetivo de combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país, o Governo Federal beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da tranferência de renda, e ainda prevê sua participação em programas complementares (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b). As famílias também ficam com uma parcela da responsabilidade pelo combate à pobreza, já que têm de se ater a regras específicas para obter a ajuda financeira (como a frequência escolar das crianças e a realização de *check-ups* médicos regulares de crianças e de mulheres grávidas, por exemplo).

O PBF, considerado pelo Banco Mundial, bem como pelo governo brasileiro, exemplo de *good practices*[6], através de sua ação e seus efeitos, reforça as funções de prestação de cuidados atribuídos historicamente às mulheres? Em caso afirmativo, estaria contribuindo também para multiplicar seus papéis e os tempos múltiplos de seus afazeres? Como mulheres inseridas no PBF em Florianópolis administram seu cotidiano familiar e como ocorrem suas relações com o Estado por meio da política de assistência social, educação e saúde, em decorrência de suas inserções no Programa?

No intuito de fortalecer a identidade daquelas titulares do acesso ao benefício como mães, contextualizar a análise do PBF é um dos objetivos de investigação da pesquisa, para tentar compreender como este Programa, denominado de Combate à Pobreza, está focalizando o sucesso das mulheres (ou não). Assim, a pesquisa realizada pela equipe em Florianópolis, problematiza vários aspectos, entre eles as formas como a "feminização da pobreza" tem conduzido a uma "feminização da luta contra a pobreza". Por meio de entrevistas, procurou apreender as formas como mulheres/homens significam o Programa, dele participam e como o avaliam. Buscou compreender também o processo institucional de sua gestão, por meio de entrevistas com as gestoras municipal e estadual

[6] O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Banco Mundial assinaram em 21 de setembro de 2011, em Brasília, o segundo acordo para empréstimo de US$ 200 milhões ao Brasil. Os recursos serão aplicados em ações que visam fortalecer o Cadastro Único, implantar o Brasil Sem Miséria e aperfeiçoar o Bolsa Família. O prazo para execução do acordo será 30 de dezembro de 2015. Durante a solenidade de assinatura da parceria, o diretor do Banco Mundial (Bird) no Brasil, Makhtar Diopp, destacou a importância de compartilhar a experiência brasileira em políticas de transferência de renda. Segundo ele, países como Egito e Tunísia estão interessados em conhecer a rede de proteção social implantada no País. Fonte:Disponível em:<http://www2.planalto.gov.br/imprensa> .Para mais informações, consultar Freitas (2008).

do PBF e técnicos administrativos responsáveis por sua implementação em Florianópolis, SC.

Metodologia da pesquisa

Existe já uma expressiva produção de estudos sobre os PTRs em diferentes países, em função do próprio interesse das agências financiadoras internacionais, das organizações governamentais nacionais e das instituições acadêmicas. Estas últimas refletem sobre os arranjos jurídico-institucionais, seus objetivos, seus *modus operandi*, bem como o alcance dos objetivos propostos e os efeitos dos Programas. Com polêmicas sempre presentes em torno desses aspectos, tais estudos costumam investir em metodologias quantitativas, voltadas para a análise de fenômenos em nível macro e resultados que possam ter expressão comparativa de maior alcance.

A pesquisa realizada em Florianópolis, ao contrário, teve como pressuposto um trabalho pautado na análise de material qualitativo e, porisso, a equipe optou por realizar uma pesquisa etnográfica. Envolvendo equipe de docentes e alunas/os de uma instituição universitária, esta proposta de investigação colocou também, como um de seus objetivos, o treinamento de graduandas e graduandos nas atividades da pesquisa empírica, incluindo as reflexões e estudos sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Envolvendo outros procedimentos de pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas com sete profissionais envolvidas com a gestão institucional do PBF em Florianópolis, vinculadas à execução da referida política pública no município e no estado.

Sobre a etnografia, os **locais de pesquisa e sujeitos entrevistados**

Segundo Claudia Fonseca o método etnográfico, que tem como ponto de partida, a *interação* do/a pesquisador/a com os sujeitos que estuda "é, de certa forma, o protótipo do 'qualitativo'" (1999, p. 58). Dessa maneira, traz para a situação de pesquisa a consideração das *relações (inter)subjetivas* e, consequentemente, a consideração das *diferenças*, da *alteridade*.

Fonseca (1999) ressalta a importância de se considerar as pessoas que tomamos como sujeitos de nossos estudos, não como indivíduos separados de seus contextos e condições de vida, mas como sujeitos que se constituem na cultura, na linguagem, em

situações históricas, das quais não podem ser abstraídos.

As diferenças de gênero, gerações, somadas às diversidades de origens étnicas, engendram estilos e formas de viver diversificadas. As desigualdades estruturais e decorrências em termos de riqueza, posses, oportunidades, trabalho, que constroem cenários de profundas diferenciações de classes, produzem também práticas e modos de vida diferentes, senão divergentes. Os estudos de populações atravessadas por todas essas diferenças (interseccionalidades) exige o exercício da *relativização* (tornar o exótico familiar e estranhar o familiar), que segundo Roberto Da Matta (1978), caracteriza a prática da etnografia.

O método etnográfico, que realiza entrevistas livres, procurando obter histórias de vida d@s informantes, ou ricos depoimentos sobre as questões que investiga, não busca uma quantidade significativa de sujeitos para estudar, com a preocupação maior na generalização dos resultados de pesquisa. A generalização de seus resultados, bem como a realização da investigação que os precedeu/possibilitou, está estreitamente ligada à possibilidade de comparação com inúmeros outros estudos, realizados em outros contextos, com outros sujeitos.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), fundado em Geertz, distingue dois tempos na pesquisa etnográfica: 1) o tempo de *olhar* e *ouvir*, quando o pesquisador está realizando o trabalho de campo, através da observação (que Bronislaw Malinowski exercitou como *observação participante*), da escrita dos diários de campo, da realização de entrevistas, no contato continuado e dialógico com os sujeitos da pesquisa; 2) o tempo de *escrever*, quando elabora suas análises do material obtido na pesquisa rememorando suas anotações, retomando seus diários de campo e as entrevistas realizadas, em diálogo com as teorias que o (in)formam.

O objetivo da pesquisa desenvolvida, parte de um projeto de investigação internacional, era ouvir as próprias pessoas das famílias que recebem o Bolsa Família, sobre o que significava para elas a inclusão nesse Programa de Transferência de Renda; como geriam os recursos que recebiam; se e como cumpriam as condicionalidades impostas pelo Programa.

Pelas perguntas que se colocaram para a equipe e pela intersecção das diferenças contextuais que precisava analisar (gênero, gerações, raça/etnia e a questão da classe social), a metodologia da pesquisa teria necessariamente que ser qualitativa, e a

etnografia se afigurou como o melhor caminho metodológico.

O ingresso nos grupos junto aos quais se realizou a pesquisa ocorreu a partir de espaços como igrejas, escolas, creches ou unidades de saúde dos bairros eleitos para a investigação, tendo em vista que neles podiam circular mulheres pertencentes a classes populares inscritas no PBF.. Através da observação e do registro sobre o cotidiano dessas pessoas, pretendeu-se apreender as representações que elas fazem das políticas sociais, a forma como administram o recurso na unidade doméstica, os mecanismos de controle a que estão sujeitas em virtude da inserção em programas sociais. Da mesma maneira, essa estratégia propiciou a observação de aspectos relacionados ao lugar social das pessoas que integram os contextos estudados, tais como identificação étnico-racial, idade, geração, trajetórias migratórias, cidade de origem, configuração familiar, número de filhos, trajetórias profissionais, escolaridade, inserção em programas de saúde pública, inserção em PTCRs, orientação religiosa, engajamento em atividades comunitárias, etc.

Os contatos iniciais com os sujeitos da pesquisa e a observação de suas rotinas, na medida em que lançaram luzes sobre os modelos comunicativos vigentes naqueles contextos (BRIGGS, 1986), possibilitaram a construção de roteiros para a realização de entrevistas individuais. Essas entrevistas, voltadas a mulheres e homens contemplados direta ou indiretamente pelo PBF e a gestores públicos que atuam na efetivação do Programa localmente, foram registradas em áudio, sempre que houve autorização por parte dos sujeitos. Posteriormente foram transcritas, para análise das/os pesquisadras/es.

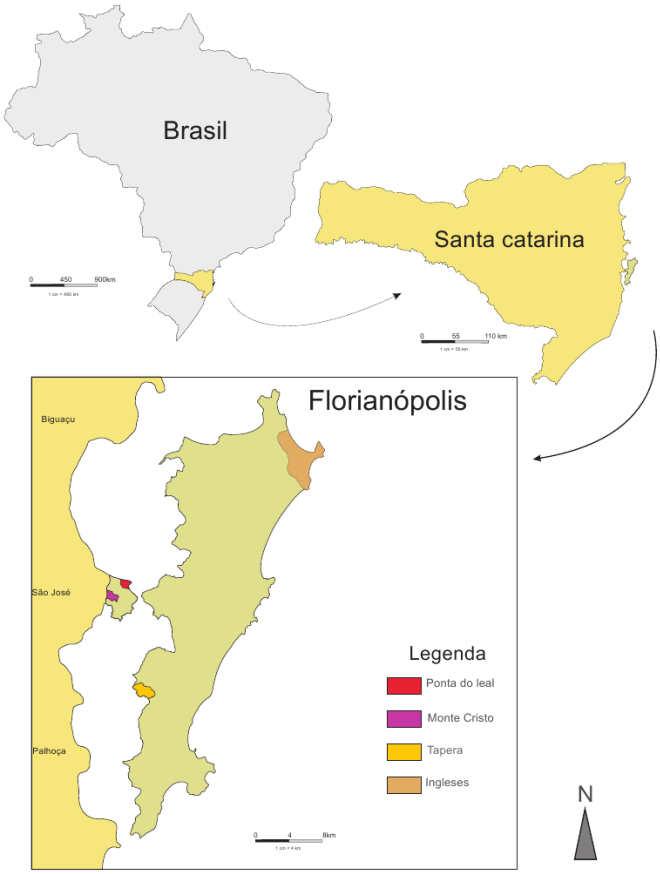
Por fim, mostrou-se fundamental a observância de pressupostos éticos na pesquisa com seres humanos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), a fim de se preservar a integridade física e moral dos sujeitos, tais como o anonimato, a clareza a respeito dos objetivos da pesquisa e o retorno das falas transcritas aos interlocutores. Um dos recursos para garantir o cuidado ético junto aos sujeitos contatados foi a apresentação, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas pessoas entrevistadas, havendo o mesmo cuidado no processo de negociação interpessoal.

Por meio de tais recursos, foram estabelecidos contatos, realizadas entrevistas com mulheres e homens titulares do PBF em Florianópolis, lideranças comunitárias, em quatro localidades do município de Florianópolis.

Na Ilha, foram campos da pesquisa empírica, os bairros da Tapera (sul da Ilha) e Vila do Arvoredo (na praia dos Ingleses, norte da Ilha). Já na parte continental do município, o trabalho de campo foi realizado nas localidades de Ponta do Leal (bairro Estreito) e bairro Chico Mendes.

As localidades escollhidas para a realização da pesquisa em Florianópolis foram selecionadas em função de ali residirem números expressivos de famílias incluídas no PFB. Buscou-se também estudar espaços nas partes insular e continental do município.

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PESQUISADAS EM FLORIANÓPOLIS



Fonte: http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/index2.php /Abril 2011
Elaborado por: Igor Dias

Tapera

A Tapera é um bairro que possui 5.202 habitantes.

Foram entrevistadas 12 mulheres e dois homens, um deles titular do PBF, em favor dos netos. As mulheres tinham idades entre 77 e 31 anos e foi entrevistada também uma adolescente de 15 anos, ela própria beneficiária do Programa.

A maioria das mulheres entrevistadas era titular do BF (7) e uma delas recebia também o benefício para a neta, criada por ela.

Das 13 pessoas entrevistadas na Tapera cinco nasceram em Florianópolis, a maioria em Ribeirão, Tapera, Costeira do Pirajubaé, e oito eram oriundas de outras cidades, sendo que três (de uma mesma família) vieram do Rio Grande do Sul e uma, do Paraná. As cidades catarinenses de origem das demais, foram Lages, Curitibanos, Xanxerê e Paulo Lopes. O tempo de residência na Tapera variava de 3 a 36 anos.

Foram entrevistadas também duas agentes de saúde, uma delas natural da própria Tapera e outra vinda do Nordeste do país.

A maioria das entrevistadas era branca, uma das famílias era negra, e as restantes eram de cor parda.

Sete das informantes eram aposentadas, uma por invalidez, outro por doença, os demais por idade, sendo que a maioria realizava trabalhos informais, pagando a previdência social como autônomos.

Os tipos de trabalho mais mencionados, além da coleta do berbigão, atividade tradicional do lugar, referiam-se à prestação de serviços (vide dados no Apêndice 1)

Vila do Arvoredo

Na Vila do Arvoredo, conhecida anteriormente como Favela do Siri, foram entrevistadas seis mulheres, de idades entre 39 e 49 anos e um homem, liderança na comunidade.

Todas as pessoas entrevistadas vieram de outras cidades catarinenses (como São Miguel do Oeste) ou dos estados vizinhos, Rio Grande do Sul (Ijuí, Lagoa Vermelha) e Paraná.

A maioria das entrevistadas trabalhava como doméstica (diaristas, babás), grande parte na informalidade.

Com relação à cor, foram entrevistadas tanto pessoas negras, como brancas.

Ponta do Leal

Na parte continental da cidade, foram pesquisadas duas localidades, a Ponta do Leal (bairro Estreito), e o Monte Cristo.

Na Ponta do Leal foram entrevistadas cinco mulheres, uma delas aposentada como doméstica, as demais realizando trabalho informal, algumas divididas entre inúmeras atividades.

Duas das entrevistadas eram negras, as outras três pardas. Uma delas tinha 21 anos, a mais velha 56, e as demais estavam na faixa dos 40 anos.

Todas migraram de outras cidades do estado de Santa Catarina (Paulo Lopes, Garopaba, Rio do Sul). A maioria delas era titular do PBF.

A localidade é chamada também de Vila da Miséria e algumas ressaltaram o fato de serem discriminadas, com dificuldades de conseguirem emprego inclusive, por ali morarem.

O local não possui fornecimento legal de energia elétrica ou qualquer serviço de saneamento.(Vide Quadro 3 –Entrevistadas/os na Ponta do Leal)

Monte Cristo

O bairro Monte Cristo, localizado na parte continental do município, é composto por nove comunidades (entre elas, Chico Mendes, Grota, Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte e Nova

Esperança). Algumas delas possuem associação de moradores própria, mas há também uma Associação que representa a todas, a Associação dos Moradores do Bairro Monte Cristo.

A pesquisa nesse campo entrevistou nove mulheres: 4 na Grota, 3 no Chico Mendes e 2 no Novo Horizonte.

Foram feitas muitas observações e o acompanhamento de alguns projetos comunitários, especialmente o projeto "Revolução dos Baldinhos", idealizado pela ONG Cepagro e realizado em conjunto com a comunidade. Este projeto, objetivando dar destino adequado ao lixo orgânico da comunidade, tem importante função educadora e ecológica. (Vide Quadro 4- Entrevistadas/os no Monte Cristo- Apêndice 4)

Sobre a pesquisa com as coordenadoras e técnicas do PBF em Florianópolis, SC.

Buscando depoimentos com um número maior de participantes, foram realizadas entrevistas com a Coordenadora Estadual do PBF em Santa Catarina, a Coordenadora Municipal do Programa em Florianópolis (ambas profissionais de Serviço Social), além de duas agentes de saúde, de uma das localidades estudadas, e três graduandas do Curso de Serviço Social que realizavam estágios junto à Coordenação do PBF, na Secretaría Municipal de Assistência Social e Juventude de Florianópolis.

Estas entrevistas, próximas do modelo de grupo focal, foram realizadas por grupos de pesquisadores. Da entrevista com a Coordenadora Estadual do PBF em SC, realizada nas dependências desse órgão, participaram Daniele Lopes (UNIL), Rosana C. Martinelli Freitas, Mara Lago, Elizabeth Farias da Silva e Selma Ramalho (UFSC). Pablo Diaz (UNIL) assistiu aos trabalhos, na forma de diálogo, com a ocupante do cargo que havia assumido recentemente, ainda pouco segura para dar respostas sobre o funcionamento de sua coordenadoria. Suas informações foram mais esclerecedoras quando relatou sua experiência como gestora da implantação do PBF em um pequeno município do oeste de Santa Catarina.

Com a Coordenadora Municipal do PBF, participaram da entrevista, realizada na sala de reuniões do Departamento de Serviço Social da UFSC, Rosana C. Martinelli Freitas, Elizabeth Farias da Silva (UFSC) e Daniele Lopes(UNIL).

A entrevista com as estágiárias do Serviço Social foi realizada por Daniele Lopes (UNIL), em sala do hotel onde esta esteve hospedada em Florianópolis, e contou com a participação de Rosana Freitas (UFSC).

A entrevista com as duas agentes de saúde, que trabalham no Posto de Saúde da Tapera e introduziram a equipe de pesquisa na localidade, foi realizada nas dependências

deste Posto, por Elizabeth Farias da Silva, contando com as presenças de Mara Lago e Matheus Dallmann.

Estas entrevistas foram gravadas, para transcrição e posterior retorno às profissionais entrevistadas.

Na sequência, apresenta-se brevemente o contexto do estado catarinense e do município de Florianópolis.

Santa Catarina , Região Sul do Brasil

Santa Catarina, historicamente, foi um estado sem conexão com o centro dinâmico da economia do país. Somente no final do século XIX e início do século XX, com a erupção da chamada Primeira Guerra Mundial, teve um processo endógeno de industrialização em parte de seu território – indústria têxtil e alimentícia, principalmente. Em termos geográficos, ocupa apenas 1,13% da superfície do país, sendo sua dimensão territorial uma das menores do Brasil (SILVA, 2000, p. 1). Entre 1950 e 1980, o estado acompanhou a reversão urbano-rural ocorrida no Brasil (SALVADOR; SILVA, 1991).

No tocante à sua composição populacional, o território de Santa Catarina recebeu – para fins de escravização – força de trabalho proveniente da diáspora africana, para atividades domésticas, de "ganhos" ou de labor na pequena propiedade. Uma parte pouco expressiva dessa força de trabalho escravizada fixou-se na Ilha de Santa Catarina e arredores. Desde 1829, levas de imigrantes europeus não ibéricos ocuparam o território, demarcado pela pequena propiedade. Nesse fenômeno, outra característica peculiar foi a emergência, de forma marginal e pioneira até 1891, do professar da religião protestante no território catarinense. Entretanto, na denominada região de "Campos de Lages", em que a ocupação dessa parte do território, hoje de Santa Catarina (até 1820 parcela representativa dessas terras pertenceram à "Província" de São Paulo), deu-se em grandes extensões de terras e tendo como atividade econômica a criação do gado *vacum,* a população resultante desse processo tem como ascendência o nativo e o colonizador ibérico. Posteriomente, nas primeiras décadas do século XX, e com o esgotamento das fronteiras agrícolas naquele Estado, essa região recebeu migrantes provenientes do Rio Grande do Sul à procura de novas oportunidades. Os colonos europeus, provenientes de regiões da Alemanha e da Itália, principalmente, serão chamados de "gringos" (SILVA,2004).

Tanto a forma de ocupação de terras dos "Campos de Lages" quanto a divisão em pequenas glebas (entre 23 e 30 hectares) de outros lugares/espaços do Estado de Santa

Catarina, influenciam e condicionam, hoje, parcela do perfil da titularidade das pessoas participantes do Programa Bolsa Família no município de Florianópolis, pois o município de Lages e adjacências, com suas parcas possibilidades de fixação de suas populações, em termos de sobrevivência, expulsam-nas tradicionalmente para a capital do Estado. Por sua vez, o esgotamento da pequena propriedade, seja por concentração, seja por impossibilidade de novas divisões das pequenas propriedades agrícolas, mais recentemente também expulsa seus habitantes, sendo a cidade de Florianópolis um centros atratores mais comuns.

Dados referentes ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010) assinalam alguns aspectos da população catarinense: 84% das pessoas residentes no Estado vivem em área Urbana e 16% na área Rural. A população é predominantemente branca, representando 84% do total; em seguida vêm os pardos com 12,4% da população; os pretos, representando 3% da população; amarelos, 0,3%; indígenas 0,2% e 0,1% não declararam cor ou raça. A predominância da população branca em Santa Catarina pode ser explicada pela colonização europeia dos portugueses açorianos, dos germânicos e italianos.

O Estado destaca-se nacionalmente, por apresentar bons indicadores: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado é o segundo maior do Brasil, com 0,863 (PNUD - 2005) [7]; "a renda per capita catarinense é de R$ 20.368,64, a quarta maior do Brasil". (IBGE, Contas Regionais do Brasil, 2004-2008).

Embora Santa Catarina apresente dados positivos em relação a outros Estados da federação, nota-se a incidência de famílias vivendo em estado de pobreza e de pobreza extrema. As desigualdades sociais estão presentes nos municípios catarinenses, embora o Estado tenha o menor Índice de Gini do Brasil[8], com 0,39%. No que se refere ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita, o número de domicílios sem rendimentos equivalem a 36.289 e com até um quarto do salário mínimo, 42.321.

No ano de 2004, existiam 101,25 mil famílias inseridas no CadUnico em Santa Catarina, já no ano 2011 são aproximadamente 136.114 mil famílias.

Florianópolis: capital de Santa Catarina

[7]Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagen. Acesso em 23 de set 2011.

[8]O Indice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Com relação aos dados do IBGE (2010), o perfil de Florianópolis não difere das tendências que caracterizam o estado de Santa Catarina. O município, capital do estado, tem uma população de 421.240 mil habitantes, distribuídos em uma área territorial de , 671.578, Km². Em domicílios urbanos reside 96% da população florianopolitana, enquanto apenas 4% reside na área rural.

Existe predominância de pessoas da cor/raça branca, representando 84% do total, 10% da população é parda, 5% preta, 0,5 amarela, 0,24% indigena e 0,26% não declarou a cor/raça IBGE (2010). Essa predominância da população branca acompanha as características da colonização de toda a região sul do Brasil por migrantes europeus. A antiga Desterro foi colonizada por açorianos, como destacamos a seguir.

A Ilha de Santa Catarina compõe, desde 1943, junto com o bairro do Estreito (seu braço continental), a cidade de Florianópolis. Fundada por Francisco Dias Velho em 1673, foi elevada a vila em 1726, com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Desterro. Última ilha do Atlântico ao sul do continente, por sua posição, adquiriu valor para a coroa portuguesa, em permanente contraposição à coroa espanhola na luta pelo domínio do Prata.

O primeiro governador da capitania, Brigadeiro Silva Paes, instituiu Desterro como capital, e aqui chegando em 1738 iniciou a construção de fortificações para a defesa do território, em função da cobiça dos espanhóis. Assim, as atividades civil, agrícola e pesqueira, juntamente com a administração pública, desenvolveram-se naqueles momentos lado a lado com a atividade militar.

Em termos de atividade econômica no século XVIII, a pesca da baleia e do cachalote e a produção da farinha de mandioca ganharam feições comerciais. O declínio desse tipo de pesca teve início no final do século XVIII, e o advento do petróleo, em 1859, encerrou seu período produtivo.

No século XIX, entre 1830 e 1880, já então elevada à categoria de cidade por D. Pedro I, a Ilha se beneficiou de uma série de novas construções com recursos da coroa, e foi palco de acontecimentos que lhe deram um novo impulso. Como exemplo, ocorreu a melhoria do porto, conferindo-lhe relativa importância estratégica e comercial.

No âmbito da política, a antiga Desterro teve foco de resistência anti-República, e ao final desse episódio de luta a cidade teve seu nome mudado para Florianópolis, em represália republicana à insurreição de parte de seus habitantes.

Com a mudança das embarcações a vela para máquinas a vapor e, posteriormente, máquinas movidas a óleo, tendo como consequência o aumento do calado dos navios, a

atividade comercial de Florianópolis foi perdendo importância. À medida que o trânsito comercial por terra foi adquirindo maior significação no país, a Ilha passou a ficar isolada dos estados da região sul do país e das próprias cidades do interior de Santa Catarina, pela deficiência de seu sistema rodoviário. Acrescida a esses fatores, a falta de uma estrutura econômica industrial determinou um aspecto de relativa estagnação que Florianópolis apresentou por várias décadas, mesmo sendo beneficiada, como polo administrativo, pelo desenvolvimento de outras regiões do estado. Entre as décadas de 1950 e 1960, com a implantação de rodovias federais e estaduais, o relativo isolamento da cidade foi quebrado e as oportunidades decorrentes de seu papel político administrativo lhe deram novas condições de desenvolvimento (LAGO, 1996).

Assim, a cidade foi beneficiada nas questões educacional, de sanitarismo e abastecimento de energia. Na década de 50, a Ilha teve novo impulso com a criação das Faculdades de Filosofia (1952), Odontologia (1946), Farmácia e Bioquímica (1946), Ciências Econômicas (1943), Medicina (1957) e Serviço Social (1958), tendo ocorrido nessa época as primeiras campanhas para a implantação de uma universidade. No início dos anos 60, com a criação e implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, a cidade adquiriu uma nova dinâmica, refletida no incremento de suas funções comerciais, atividades financeiras, no setor de serviços e na construção civil (SILVA, 2000). A implantação da "Universidade de Santa Catarina", em 1962, com estatuto de universidade federal, não só atraiu estudantes e professores/as; junto com eles vieram trabalhadores à procura de empregos no setor terciário, principalmente na construção civil.

Ao olharmos a realidade do município de Florianópolis, verifica-se que este possui 64 assentamentos precários, onde vivem aproximadamente 52 mil habitantes, totalizando 13% da população total da cidade. Geralmente essas habitações estão localizadas em áreas de preservação ambiental, e de risco como: "nos manguezais, nas dunas, nas encostas dos morros, nas áreas sujeitas a inundações, nos fundos de vales, nas áreas de preservação de mananciais, entre outros" (FLORIANÓPOLIS, 2010).

Essas famílias, na maioria das vezes, vivem em condições precárias de habitação, não possuem saneamento básico, sofrem com a falta de infraestrutura urbana, falta de equipamentos sociais, a violência, além dos baixos rendimentos que recebem, prestando serviços em relações informais de trabalho, de modo geral. Estima-se que no município 44.968 mil pessoas componham a população de baixa renda, a concentrar-se na região central (Maciço do Morro da Cruz) e na região continental de Florianópolis. No primeiro espaço são 18.884 mil pessoas de baixa renda, no segundo, 15.113 mil (FLORIANÓPOLIS, 2010).

Florianópolis é uma cidade situada, em sua maior parcela, numa bela ilha de paisagem diversificada e rodeada de praias. A ampliação dos serviços de eletrificação e infraestrutura, assim como de um sistema viário ligando as localidades litorâneas ao centro da cidade, contribuiu para torná-la um polo "atractor" em que a atividade turística passou a ter um papel fundamental. O turismo, somado à diversificação (intensificação) do sistema educacional superior e a outros elementos, contribui para fixar na capital de Santa Catarina pessoas de outras regiões do país, bem como de nacionalidades diversas (LAGO, 1996).

Esses fatores, acrescidos ao esgotamento da fronteira agrícola no Oeste Catarinense e ao modelo da pequena propriedade, e ainda à costumeira migração da região serrana, indicam uma crescente complexidade socioeconômica da região, e esta complexidade se entrecruza com o perfil dos/das habilitado/as a participarem do Programa Bolsa Família. Hoje, com sua população de mais de 420.000 habitantes, Florianópolis pode ser considerada uma cidade de porte médio.

Tapera, Monte Cristo, Ponta do Leal, Vila do Arvoredo, para além do critério quantitativo em termos de número de pessoas cadastradas como titulares do PBF, foram lugares/espaços escolhidos para a pesquisa por serem indicativos do processo econômico e das dinâmicas de ocupação de território no município, pelas várias correntes migratórias, em tempos distintos ou confluentes.

Tapera indica a antiga ocupação do sul da Ilha de Santa Catarina por descendentes de açorianos dedicados à agricultura e à pesca, com destaque para a coleta do berbigão, atividade que se mantém até os dias atuais. Com um incremento de população pela implantação das instalações da Base Aérea em seu território e pela proximidade do Aeroporto Hercílio Luz, a localidade também esteve submetida à expansão dos espaços urbanos que ocorreram em toda a Ilha. Recebendo famílias que procuravam moradia em localidades mais tranquilas, com o crescente comércio de drogas ilícitas ocupando os morros que circundam o centro de Florianópolis, Tapera passou a contar também com migrantes do interior do Estado e dos estados vizinhos, com camadas superpostas de pessoas com origem até do Nordeste do Brasil (caso de uma das agentes de saúde entrevistadas). Assim, duas das entrevistadas eram provenientes de região de pequena propriedade do Oeste Catarinense; outros/as vieram do Rio Grande do Sul, Paraná, Lages e adjacências.

Monte Cristo, na parte continental da capital, agrupa as populações relegadas às periferias urbanas, adicionadas com novas gerações de migrantes egressas do trabalho na agricultura, oriundas de cidades do interior de Santa Catarina e de outros estados. É um

bairro populoso, fragmentado em diferentes comunidades conforme as informações de pessoas entrevistadas.

Ponta do Leal, situada na extremidade limítrofe continental de Florianópolis, é uma pequena localidade pouco assistida pelos poderes públicos que recentemente tem se tornado centro de disputas territoriais, em função da expansão urbana com a construção da Avenida Beira Mar Continental, que dá continuidade às avenidas implantadas na Ilha pelo aterro de suas duas baías, e posteriormente à Beira Mar de São José, município que limita com Florianópolis, na parte sul do continente.

A Vila do Arvoredo, localizada na hoje populosa Praia dos Ingleses, é significativamente representativa do "atractor" que se tornou Florianópolis nos últimos 30 anos, em função do turismo que ocupou inicialmente as praias do norte da Ilha. É também a exposição do efeito publicitário ilusório, em que a Ilha de Santa Catarina aparece como a "Ilha da Magia". Nesse lugar/espaço encontram-se moradores provenientes desde o Cone Sul, até o Nordeste brasileiro.

Pode-se, portanto, em termos de classe social, trabalhar em Florianópolis a relação da migração com seus momentos históricos condicionantes.

Após esta contextualização do lugar/espaço das pessoas pesquisadas, aborda-se, abaixo, o viés apreendido na manifestação das gestoras do PBF, tanto no âmbito estadual como no municipal, no município de Florianópolis.

O Programa Bolsa Família: considerações sobre sua gestão

O Programa Bolsa Família[9], criado no Brasil em 20 de outubro de 2003 (Medida Provisória n° 132) é um PTCR que tem como objetivo ser a primeira frente de combate à fome, pobreza e desigualdade social. Teve como ação prioritária promover a unificação de todos os benefícios sociais existentes no país: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. O Bolsa Família, que estabeleceu como prioridade a articulação com a "comunidade", propõe em sua estrutura uma gestão participativa que conta com a criação de conselhos ou comitês gestores nos municípios, conforme a Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005.

[9] Em janeiro de 2004 houve a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome no Brasil (MESA) e a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Nessa ocasião, o Programa Bolsa Família, criado através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, se converteu, em 9 de janeiro de 2004, na Lei nº 10.836, sendo o Programa Fome Zero, lançado no dia 30 de janeiro de 2003, a partir daquele momento, incorporado ao novo Ministério. Com isso, surge o processo de integração dos Programas de Transferência de Renda, visando superar as limitações que os Programas apresentavam isoladamente.

A superação da fome é pautada na articulação de três pontos norteadores para a obtenção da superação da pobreza, sendo eles: a promoção do alívio imediato da pobreza, através da transferência condicionada de renda; a ênfase no exercício de direitos sociais como saúde e educação, requeridos como condicionalidades para a participação no Programa; e a coordenação de Programas complementares, como os de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de documentos.

O Programa trabalha com as famílias, considerando-as unidades de intervenção e destinando a transferência de renda para aquelas que têm renda *per capita* mensal de até R$ 140,00. As famílias que possuem renda *per capita* mensal entre R$ 70,01 e R$ 140,00 só podem ingressar no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos; porém, as famílias com renda mensal de até R$ 70,00 *per capita* podem participar do Bolsa Família independentemente da idade dos seus membros. O principal critério para inclusão da família no Programa é o fator socioeconômico.

Segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Social, em julho de 2011, o Programa PBF atende mais de 12 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, sendo a maioria das titulares do sexo feminino.

Conforme já mencionado, os benefícios são destinados às famílias mediante condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. Ao ingressarem no Bolsa Família, as famílias assumem o compromisso de cumprir com as condicionalidades do Programa, sendo esse cumprimento determinante para que permaneçam no mesmo. Na área da educação, a família deve manter a frequência escolar em no mínimo 85% para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, e em 75% para os adolescentes de 16 e 17 anos. Na área da saúde, a família deve manter em dia o calendário de vacinação, fazendo o acompanhamento do desenvolvimento das crianças de até 7 anos de idade, das gestantes no pré-natal e das nutrizes. Já na área da assistência social, as famílias devem participar de reuniões socioeducativas para crianças e adolescentes de até 15 anos que estão em situação de risco ou que foram retirados do trabalho infantil, e a frequência mínima nessas reuniões deve ser de 85% de sua carga horária.

Como consta no art. 226 da Constituição Federal, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

O art. 227 da Constituição Federal ressalta que

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A família é definida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como "espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida" (2004, p. 25).

Também o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[10] traz a família como cerne de sua política, o que confirma que o público da assistência social está atrelado à família de alguma forma, materializando a matricialidade sociofamiliar, uma vez que a finalidade da intervenção na família é alcançar todos os segmentos presentes nela, reafirmando seu papel como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, já mencionado anteriormente.

É mediante esse viés que a família é vista com centralidade da atuação integral e não fragmentada, em que a intervenção tem a finalidade de identificar suas demandas e potencialidades, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidades social vivenciadas, propondo-se a atingir, portanto, toda a família. Porém, na prática são as mulheres as mediadoras dessas políticas junto ao núcleo familiar. Elas são as interlocutoras das Políticas de Combate à Pobreza, tanto como titulares dos benefícios, quanto como responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, o que requer do Estado novas estratégias para que o objetivo seja alcançado.

Em sua pesquisa Kaztman (2003, p. 23) classifica as intervenções dirigidas à superação da pobreza em três grandes níveis:

> […] transferencias, inversión social e integración social. Las transferencias dan prioridad a la satisfacción de necesidades básicas en alimentación, vivienda, infraestructura de servicios, salud, etc. Los Programas de inversión social procuran elevar la capacidad de las personas y los hogares para el mejoramiento autónomo de sus condiciones de vida, potenciando y expandiendo sus recursos y generando condiciones que facilitan la articulación de esfuerzos con otros en situaciones similares.

Como demonstrado por Araújo e Freitas (2010), no Brasil o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), criado em 18 de abril de 2004 (Portaria n° 78), se propõe a acompanhar as famílias em condição de vulnerabilidade social em decorrência de sua situação de pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, destacando as famílias beneficiárias de Programas de transferência de renda e benefícios assistenciais (BRASIL, 2010).

[10] Para mais informações sugere-se consultar o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Art. 2.

O PAIF propõe-se a fomentar o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações contínuas de caráter preventivo, protetivo e proativo. O PAIF realiza, essencialmente, o trabalho com as famílias, promovendo espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Dessa forma, o Programa consolida a matricialidade sociofamiliar, utilizando-se de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos (BRASIL, 2010).

O PAIF deve ser desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é uma unidade de Assistência Social, responsável por prestar um serviço municipal de atendimento às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social (BRASIL, 2010). Florianópolis conta com 13 CRASs, devendo cada um deles possuir para seu funcionamento, pelo menos, uma equipe básica, composta por assistente social, psicólogo e um técnico administrativo. Os profissionais devem estar capacitados para desenvolver de forma exclusiva o acompanhamento psicossocial junto às famílias, o que, segundo pesquisa realizada por Freitas, Paula e Martins (2011), não vêm ocorrendo.

A estratégia que vem sendo traçada através do PAIF faz menção ao que explicita Concha (apud KAZTMAN, 2003, p. 23), ao afirmar que

> Las políticas de inversión social procuran que las personas "tengan opinión y voz, conozcan y puedan hacer valer sus derechos, cumplan con sus deberes asuman responsabilidades, visualicen alternativas de acción y, en definitiva, tengan la opción de convertirse en actores de sus propias vidas, incidiendo en lo que les ocurre y dejando de ser meras víctimas de los acontecimientos.

Como o objetivo do Programa é oferecer proteção integral às famílias e aos seus membros, prevenindo o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, ao fazer isso o PAIF estaria contribuindo para o processo da autonomia e de emancipação social da família, de forma que, "Al hacerlo, contribuirán a reducir las desigualdades 'permanentes y autoreproductivas' en las sociedades" (Roberts, 2002 apud KAZTMAN, 2003, p. 23).

Vasconcelos ressalta que "políticas de assistência são imprescindíveis", porém a autora lembra que a realidade brasileira exige não somente uma "política assistencialista em si e sim uma política de assistência que incorpore, em vez de ações festivas para aumento ilusório de auto-estima dos pobres – ações sistemáticas de formação, de capacitação, de organização para [...] exercício pleno da cidadania" (VASCONCELOS, 2006, p. 24)

Nesses Programas, o conceito de *empowerment* tem sido acionado para designar o

PBF sem um maior aprofundamento sobre os vários significados do termo. Segundo a concepção do Banco Mundial[11], *empowerment* diz respeito ao processo de aumento da capacidade dos indivíduos ou grupos de fazer escolhas e de transformar essas opções desejadas em ações e resultados, sendo fundamentais, para esse processo, "as ações para o desenvolvimento dos ativos individuais e coletivos, e desta forma melhorar a eficiência e a equidade do contexto organizacional e institucional que regem os usos destes ativos".

É importante destacar aqui a ambiguidade que cerca esse tipo de Programa, reforçando por um lado a visão conservadora capitalista de controle da força de trabalho, quando passa a ideia de que a culpa pelo fracasso econômico e social encontra-se nos indivíduos. Por outro lado, o viés do Programa indica o acesso às informações, à liberdade de escolhas (SEN, 2009), e até mesmo ao exercício da "cidadania" por meio de acesso a direitos básicos.

O Programa Bolsa Família em Florianópolis e sua implementação: considerações (inter)disciplinares

No município de Florianópolis, o Programa Bolsa Família começou seu processo de implementação no ano 2004. No entanto, a adesão formal ao Programa ocorreu no ano de 2005, com a assinatura do Termo de Adesão do Município.

Visando formalizar a adesão ao PBF e ao Cadastro Único de Programas Sociais pelos municípios, o MDS instituiu pela Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005 os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família. A necessidade de formalizar a adesão dos entes federados ao Programa Bolsa Família se fez necessário, em virtude do fim da vigência, em 31 de dezembro de 2005, das adesões e convênios aos programas remanescentes (Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005).

Inicialmente as famílias que recebiam os benefícios Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação foram remanejadas para o PBF. O processo de migração ocorreu de forma gradual e até o ano de 2008, existiam famílias recebendo os benefícios dos Programas remanescentes.

Os dados apresentam uma disparidade em relação aos números previstos pelo IPEA, de 6.499 famílias consideradas pobres no município, e os números atuais de famílias beneficiadas pelo Programa. Tal disparidade justifica-se pelo cancelamento de muitos benefícios em fevereiro de 2011 e pelo não atendimento a todas as famílias inscritas. Constatou-se, por meio de entrevistas com as gestoras municipal e estadual,

[11] Para mais informações, consultar : http://web.worldbank.org/empowerment.

bem como com três técnicas da Coordenadoria Municipal do PBF, que o maior motivo de cancelamentos ocorreu em consequência do encerramento de prazo para a revisão cadastral.

Estima-se que em Florianópolis existam 6.499[12] famílias com o perfil para o Programa Bolsa Família[13], entretanto 4.680 mil famílias, receberam o beneficio em setembro de 2011. Os benefícios podem variar de R$ 32,00 a R$ 306,00 . Em media, em outubro de 2011, as famílias atendidas em Florianópolis recebiam R$ 51, 71.

No que se refere ao cadastro único, em junho de 2011, estão cadastradas no município 15. 221 famílias. Destas 11.872 mil famílias com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo e 9.544 mil famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R$ 140,00. Em Florianópolis, 96% das responsáveis pela unidade familiar são do sexo feminino, entre 18 e 84 anos. Em relação à raça/etnia das famílias, observamos a predominância de pessoas brancas com 74,6% do total, preta com 13, 23% , pardas 11,86% , indígenas e amarelas representam respectivamente 0,26% e 0,025% A demanda diária do Programa junto à Coordenadoria do PBF varia de 70 a 90 pessoas, são famílias que buscam o Programa para atualizar seu cadastro, esclarecer dúvidas e verificar o motivo de não recebimento, sendo que não há estatísticas sobre o número de famílias que demandam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou são visitadas pelos profissionais das políticas de assistência social, saúde e educação.

As maiores concentrações de famílias beneficiárias do PBF no município, segundo Paula(2011) e Martins(2011), estão nos seguintes bairros: Monte Cristo, na parte continental do município, com 431 famílias beneficiadas; Tapera, no sul da ilha, com 252 famílias; Ingleses, com 235 famílias, na região norte de Florianópolis; e a região central da cidade, que compreende as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, com 881 famílias beneficiadas, área considerada com maior vulnerabilidade social.

Também segundo Paula e Martins, o alto índice de cancelamento do benefício (12,76%) ocorre muitas vezes pela falta de informação, pois as famílias desconhecem a obrigatoriedade de atualização dos dados e as condicionalidades estabelecidas pelo Programa.

---

[12] Ministério de Desenvolvimento Social com base nos dados Pnad (2006)

[13] As famílias com perfil para PBF são: as famílias em situação de extrema pobreza que possuem renda familiar per capita de até R$ 70,00 (setenta reais), independente da sua composição familiar e famílias em situação de pobreza que possuem renda familiar per capita de R$ 70,01 até 140,00 desde que tenham em sua composição familiar crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, gestantes e nutrizes. Para mais informações consultar Freitas, Paula e Martins (2011).

A forma como o Programa vem sendo implementado no município pode ser uma das causas da falta de informação dos/as beneficiários/as.

O Benefício Variável (BV), de R$ 32,00, é pago a famílias pobres, com renda mensal de até R$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R$ 96,00.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R$ 38,00, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R$ 76,00.

O Governo Federal confere a obrigatoriedade da atualização do cadastro, de dois em dois anos, para as famílias beneficiadas pelo PBF. No final do ano (mês de novembro), todas as famílias que não fizeram a atualização do cadastro no período estipulado pelo governo têm o seu beneficio bloqueado. A partir do bloqueio do beneficio, tem-se o prazo de três meses para que as famílias procurem o Programa e atualizem os dados. Caso isso não ocorra, a família tem seu benefício cancelado, o que ocorreu no mês de fevereiro do corrente ano.

A revisão cadastral, além de atualizar os dados no Cadúnico[14] também é utilizada para reavaliação de permanência da família no PBF, ou seja, constitui-se como critério de permanência ou exclusão, dependendo da atual situação econômica da família.

Outro ponto a ser levantado, quanto ao processo de informação e comunicação, é a questão da inconsistência informacional entre o Cadúnico e o Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC). O Cadúnico e o SIBEC são sistemas articulados, gerenciados pelo mesmo órgão (Caixa Econômica Federal), no entanto apresentam ainda conflitos no momento de cruzamento de dados. Essas inconsistências penalizam as famílias, pois se observa muitas vezes que, através do Cadúnico, a família está apta a receber o beneficio, porém o SIBEC não reconhece as informações do cadastro e gera bloqueios e cancelamentos.

As coordenadoras e técnicas ainda informam sobre a demora entre a inscrição no Cadúnico e a inserção no PBF, decorrente do fato de que cada município tem um número fixo de beneficiários determinado pelo Governo federal. Uma nova família será incluída se outra tiver seu benefício cancelado ou se não atender ao critério de seleção (renda *per capita* de até R$ 70,00 para famílias consideradas extremamente pobres e R$ 140,00 para famílias pobres). Isso ocasiona, assim, uma lista de espera em que não há previsão de

[14] O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. É

liberação de novos benefícios. Florianópolis tem atualmente 505 famílias na lista de espera, e estas encontram-se com os cadastros atualizados e válidos atendendo às disposições da Portaria nº 341/2008 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) .

A escassez de recursos humanos das Coordenadorias Estadual, e Municipal e dos CRASs é um dificultador para o município atender às diretrizes da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Essa lei estabelece que compete aos Municípios a realização de Programas e políticas sociais orientadas ao público beneficiário do PBF que contribuam para a promoção da emancipação sustentada das famílias beneficiárias e a garantia de acesso aos serviços públicos que assegurem o exercício da cidadania (BRASIL, 2004b).

A equipe responsável pelo PBF em Florianópolis é composta apenas por uma coordenadora, uma assistente social e cinco estagiárias, sendo que; em julho de 2011, três estagiárias eram curso de Serviço Social, uma de Pedagogia e uma tecnóloga da área de Web Design.

No que se refere aos mecanismos de repasse das informações, o Governo Federal utiliza preferencialmente a comunicação escrita através de correspondência emitida e extrato bancário no momento de saque do benefício, o que muitas vezes não é um canal de interlocução eficiente, pelo fato de alguns/mas beneficiários/as não possuírem um grau de escolaridade que possibilite a interpretação das informações. No âmbito municipal a comunicação ocorre por meio de telefone, visitas domiciliares, sendo também utilizados no atendimento materiais informativos, em sua maioria elaborados pelo MDS.

Ainda segundo Paula (2011), Martins (2011) e a coordenadora muncipal do PBF, a entrevista é um dos instrumentais utilizados pelo Serviço Social no Programa Bolsa Família, que visa conhecer a realidade social e econômica das famílias beneficiadas pelo Programa. Na pesquisa realizada, esse instrumental possibilitou o contato direto com os responsáveis familiares, que relataram histórias de vida, bem como sua atual realidade e a importância do benefício no orçamento familiar.

Outro ponto muito controverso em torno do PBF é o controle das condicionalidades ou contrapartidas, o que, conforme o MDS, deveria ser feito em três àreas: a área de saúde deve acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos – as mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; cabe à área da educação, observar se todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos estão devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga

coordenado pelo MDS, deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

horária (já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência escolar de, no mínimo, 75%) ; a área de assistência social deve observar se crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e se obtem a frequência mínima, de 85% da carga horária mensal da escola. Nesse sentido, o alívio da pobreza seria minimizado com a transferência de renda.

No debate brasileiro, além da problemática envolvida na efetividade ou não das condicionalidades, a discussão envolve a necessidade ou não do controle das mesmas, a partir dos sentidos implícitos nesse controle.

Exigir que a população em situação de pobreza cumpra contrapartidas implica uma negação do direito de receber parte da riqueza socialmente produzida, que deve ser distribuída por meio de Programas de transferências de renda, entre outros mecanismos. De acordo com Bichir (2010), tal perspectiva alinha-se mais à proposta do projeto original de Suplicy, visando transitar dos PTCR à renda básica de cidadania incondicional.

Há autores que defendem as condicionalidades, porém levantam outra questão: sua efetividade. Kerstenetzky (apud BICHIR, 2010, p.5) pondera:

> Certamente, a efetividade das condicionalidades é, por sua vez, condicional à disponibilidade e à qualidade dos serviços providos. Uma rápida avaliação dos serviços básicos de educação e saúde no Brasil evidencia, contudo, quão crítica é sua provisão.

Sonia Draibe (apud BICHIR, 2010) ressalta que as condicionalidades não têm a ver só com o compromisso moral das famílias – justificativa liberal para o recebimento dos benefícios –, mas também com um compromisso do Estado na provisão dos serviços.

Para tanto, seria necessário um aparato estatal eficiente que possibilitasse um efetivo acesso aos direitos de saúde e educação; não somente garantir vaga na escola, mas também oferecer uma educação de qualidade que habilitasse os sujeitos para o trabalho remunerado de forma condizente com suas necessidades. Além disso, a formação educacional deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, os quais teriam uma consciência de cidadania que lhes possibilitassem uma apreensão crítica sobre sua realidade e a possibilidade de "cobrar" dos governantes os direitos já garantidos pela Constituição Brasileira.

Da mesma forma,

> a perspectiva de punir as famílias que não cumprem as condicionalidades parece incompatível com os objetivos de promoção social do Programa, assim, não se pode deixar de considerar as condições que as famílias dispõem para atender as requisições impostas, tendo em vista as dificuldades cotidianas de sobrevivência a que a maioria está exposta (SENNA, 2007, p. 93).

Conforme o guia para acompanhamento das condicionalidades do PBF, cada município é responsável por: monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do PBF; responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias excluídas e vulneráveis; identificar, nos casos de não cumprimento dos compromissos, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias.

Cabe aqui destacar que o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b), sugere que a mulher detenha preferencialmente a titularidade do benefício, e uma primeira constatação é que a quase totalidade das pessoas responsáveis por receberem os benefícios do Programa é composta por mulheres. Em Florianópolis, 96% das titulares são do sexo feminino e apenas 4%, do sexo masculino.

Outro ponto percebido é que o PBF traz na sua constituição o objetivo de "estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza" (BRASIL, 2004b, p. 2), possibilitando, através do cumprimento das condicionalidades, a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza por meio do investimento no desenvolvimento em capital humano.

Freitas (2008), analisando o Documento Reducción de La pobreza y crescimiento: Círculos virtuosos y cícurculos viciosos, do Banco Mundial (2006), destaca que, no referido documento, o círculo vicioso alude à falta de participação das pessoas em situação de pobreza nas atividades geradoras de renda que causaria falta de investimento e baixo crescimento, fatores estes que trariam um maior nível de pobreza. Assim, os PTCRs vêm sendo considerados investimentos na formação de "capital humano".

O investimento em "capital humano" serviria como justificativa para certos gastos em políticas públicas que podem aumentar a capacidade produtiva das pessoas. Sob essa perspectiva, a solução para a pobreza seria a capacitação das pessoas que, de acordo com essa visão, são pobres porque têm pouca capacidade produtiva (FREITAS, 2008). Consolida-se, dessa forma, uma valorização das pessoas voltada para sua capacidade econômica, tendo em vista que os Programas são parte de uma estratégia de reprivatização das responsabilidades reprodutivas das mulheres. Nessa estratégia se reserva às políticas estatais uma intervenção junto às pessoas denominadas pobres, com o objetivo de quebrar a reprodução intergeracional da pobreza.

No caso do PBF de Florianópolis, observa-se que, através das condicionalidades, há a transferência de responsabilidade às famílias, além do controle do Estado sobre o indivíduo e a vida familiar. Quando o gestor municipal, em suas ações, tem foco somente

no controle da frequência escolar mensal de 85%, das crianças que são atendidas pelo PBF, as famílias recebem apenas a orientação de que é um dever delas manterem a frequência de seus filhos na escola para receberem o benefício. Enquanto tal exigência não for atendida, o beneficio permanecerá bloqueado e, se persistir a situação, o beneficio será cancelado.

Segundo a coordenadora do PBF e técnicas entrevistadas, em decorrência da ausência de recursos humanos e condução para deslocamento, não vem sendo realizado até o momento, um trabalho que vise: a verificação do motivo do não atendimento desta condicionalidade pelas famílias; o acompanhamento das famílias que estão em descumprimento da condicionalidade imposta; e ações desenvolvidas com as famílias do PBF para que as mesmas saiam da condição que as impedem de manter seus filhos na escola. A Constituição estabelece que a educação é dever do Estado e da família, mas se percebe, em Florianópolis, que há apenas transferência da responsabilidade para as famílias; observa-se que fica a cargo somente destas desenvolver estratégias para manter seus filhos frequentando a escola.

O acompanhamento realizado, a partir das questões emergentes, deve-se, em grande parte, ao interesse e compromisso dos profissionais e técnicos da área de assistência social, educação e saúde.

O controle do Estado sobre a vida familiar e individual é perceptível quando este, através do MDS, orienta que o gestor municipal pode exigir da família, no momento de realizar seu cadastramento no Cadúnico, que o responsável legal seja maior de 16 anos e que apresente o CPF, o título de eleitor, o comprovante de residência, o comprovante de matrícula das crianças e dos adolescentes em idade escolar, a carteira de vacinação; para os demais membros da família, é necessário ao menos um documento de identificação (CPF; titulo de eleitor; registro civil de nascimento; registro de casamento; cédula de identidade; carteira de trabalho e previdência social). Segundo Paula (2011) e Martins (2011), os mesmos documentos são solicitados à família no momento da atualização cadastral, que é bienal. A ausência da documentação não impossibilita o cadastramento da família; no entanto, quando a família já está inserida no Programa e não atualiza ou não informa a sua situação no mercado de trabalho, o governo, através de auditoria que o Tribunal de Contas realiza, cruza as informações do Cadúnico com as da Previdência Social. Caso conste contribuição previdenciária de algum membro da família atendida pelo PBF, o benefício é cancelado, e a família é orientada, através de informes emitidos pela Caixa Econômica Federal, que procure o gestor municipal e realize a atualização dos dados cadastrais no Cadúnico para que fique em concordância com os dados da

Previdência Social.

Segundo orientações do MDS, cabe ao gestor municipal acompanhar todas as famílias beneficiárias do Programa por meio de visitas domiciliares para encaminhá-las às politicas e Programas sociais das quais necessitam. No caso específico de Florianópolis, a Coordenadoria do PBF (formada por dois profissionais e quatro estagiárias), bem como os CRASs, via PAIF, não têm uma equipe técnica suficiente para atender às famílias inseridas no Programa. A equipe da Coordenadoria apenas consegue realizar, com efetividade, as atividades relacionadas ao Cadúnico, com visitas domiciliares para constatação de denúncias.

Olhares (inter)disciplinares em contexto de diversidade e contradições

Por meio das entrevistas com mulheres beneficiadas, *observamos* e *ouvimos* trinta pessoas, uma amostra reduzida se comparada aos sujeitos participantes de outros instrumentais de pesquisa. Contudo, estas entrevistas nos ofereceram muitos elementos para refletir sobre as formas como o PBF se articula aos recursos e estratégias de sobrevivência dos sujeitos pesquisados..

No Brasil, o Programa Bolsa Família representou, no plano discursivo, uma *opção pelo social* que, apesar das críticas das elites políticas e econômicas conservadoras, tem se mostrado um caminho sem volta, fato que se revela na própria propaganda política dos partidos comprometidos com a ideologia neoliberal, vários deles disputando atualmente a paternidade dos Programas de complementação de renda para os pobres, em suas propagandas na mídia.

A titularidade das mulheres no PBF foi priorizada, com o intuito de lhes proporconar maior autonomia, porém na medida em que a transferência de renda não é reconhecida como direito à condição de beneficiária, poderia supor-se que tal procedimento tenderia a ser um componente a mais no conjunto de estigmas com as quais essas mulheres têm que lidar diariamente por serem mulheres e por serem consideradas "pobres". Contudo, essa apreensão contraria os resultados da pesquisa realizada por Lustosa (2011, p. 100), que conclui afirmando:

> [...] o sentimento de ser beneficiária significa, a princípio ser pobre, para garantir a inserção no programa e, posteriormente, estar em uma posição confortável no seu contexto social. As participantes deste estudo ressaltaram que se sentem em situação de privilegiadas por estarem no PBF. Nos relatos ficou evidente que a percepção que têm de si mesmas após terem sido incluídas no programa é que não são mais pobres como antes.

Carin Klein apud Mariano e Carloto (2009), Rosana Freitas (2008), entre outros,

aludem ao papel atribuído às mulheres em políticas como o Bolsa Família, em que essas acabam por terem reforçados seus papéis de cuidadadoras da família e responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do Programa.

Identificou-se por meio da pesquisa a predominânica de profissionais mulheres no processo de implementação do Programa nas áreas de saúde, assistência social e educação. Estas profissionais estão sob a influência dos estereótipos socialmente construídos e potencialmente não estão excluídas do processo de também reproduzirem estereótipos sobre quem são aqueles/as que se encontram em situação de pobreza e as causas, o porquê de se encontrarem nesta situação. Em outras palavras, o trabalho profissional, além de desenvolvido hegemonicamente *por* mulheres, é também desenvolvido majoritariamente *para* as mulheres, pois são estas que mais demandam as políticas, sobretudo com a implementação dos PTCR, que as têm como titulares. Neste sentido, ressaltamos que o trabalho não é desenvolvido tendo como centralidade a unidade familiar, como preconizado.

As políticas setoriais, entre elas as de assistência social, saúde e educação, que compõem o tripé de atenção do PBF, desenvolvem um olhar para o indivíduo (mulher/mãe e criança/adolescente) inserido em uma família que deve operar no marco de uma ação reequilibradora das formas assimétricas em que o Estado e o mercado incluem cada um de seus membros. Neste sentido, indaga-se se o PBF não estaria endogenizando as presenças e ausências de apoio das atenções das políticas sociais através de seu *modus operandi* e contribuindo para o deslocamento do lócus do regime do bem estar social.

A ênfase sobre a necessidade do cumprimento das condicionalidades por parte das gestoras familiares e pelas técnicas que devem proceder à fiscalização de seu cumprimento , indica a pouca valorização e renovação do compromisso com as classes subalternas e, no seu interior, com o enfrentamento das particularidades da exploração e opressão das mulheres. Indica ainda que o processo de desigualdade não ocorre somente entre as mulheres e os homens, mas também na relação das mulheres com as instituições, entre elas aquelas que compõem o Estado.

A situação de raça/etnia, entre as pessoas entrevistadas, está vinculada não só com a diáspora africana, mas também com as correntes migratórias do interior do Estado e do sul do país. Uma das entrevistadas, por exemplo, tinha ascendência polonesa e era proveniente de Xanxerê (Oeste Catarinense).

No tocante às relações gênero e trabalho a pesquisa indicou, a partir das entrevistas, uma correlação entre trabalho e "reprodução social", seja ainda na forma de

trabalho doméstico, seja na forma já de assalariamento (GLENN, 2009, p.27). As mulheres entrevistadas ou trabalhavam como empregadas domésticas ou em empregos mercantilizados vinculados com a "reprodução social". No trabalho como empregadas domésticas as relações e hierarquização são de cunho interpessoal. Já em trabalhos de limpeza em escritórios e instituições, através de empresas fornecedoras de serviços, as relações e interações são impessoais e estruturais, todavia são trabalhos organizados para que elas fiquem invisíveis (GLENN, 2009, p. 57). Nesse ponto, as mulheres inseridas na categoria *pobreza* pelo PBF em Florianópolis, reproduzem localmente a clivagem entre produção e reprodução social, condicionadas por suas condições socioeconômicas e por sua condição nas relações de gênero. Na intersecção entre gênero e trabalho pode-se perceber que, em Florianópolis, na condição de pobres institucionais, as mulheres pesquisadas reiteram a desconstrução da "mulher" dominada como sujeito universal. Existem mulheres que são, também, subordinadas a outras mulheres, como é o caso das empregadas domésticas, e esta subordinação passa pela questão da raça (BIDET-MORDREL; BIDET, 2010, p. 23).

Com relação à questão racial, muitos/as dos/as entrevitados/as, caracterizados/as como negros/as ou pardos/as, relataram terem sido vítimas de preconceitos, em geral ligados a situações de emprego. Uma das entrevistadas do Monte Cristo relatou ter sido discriminada pela família do ex-marido. Tereza, na Ponta do Leal, foi demitida do emprego doméstico após ter revelado ser portadora do vírus HIV. O preconceito também pôde ser percebido pela entrevistada que, já com promessa de emprego certo, deixou de ser admitida quando revelou ser moradora da Ponta do Leal. Como estratégia, alguns moradores do bairro, que não têm comprovante de residência, arranjam esse comprovante com conhecidos ou familiares que moram em outros locais, para conseguirem empregos com carteira assinada.

Percebe-se, pelas falas de mulheres entrevistadas, que a transferência de renda não é reconhecida por todas como direito e sim como uma "ajuda" advinda do Governo Federal. Assim, algumas das beneficiárias entrevistadas ainda veem o PBF como uma ajuda e não como um direito, mesmo possuindo a consciência de que a renda que transfere às famílias é nsuficiente para garantir suas necessidades básicas. As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa e material de construção para melhoria das condições físicas da casa. Em Florianópolis, o benefício é um importante complemento de renda para as entrevistadas.

Conforme fragmento de entrevista, *No começo do ano agora que precisou de material, eu juntei o dinheiro do Bolsa Família e juntei mais um pouco e fui comprar um material. É sempre bem aproveitado* (Moradora do Bairro Ingleses/Vila do Arvoredo, Florianópolis).

As críticas veiculadas nos jornais, revistas e televisão, envolvidas também por disputas partidárias, falam de acomodação e de incentivo à ociosidade, na medida em que pessoas deixam de assumir postos de trabalho com carteira assinada, garantia dos direitos trabalhistas, para não perderem o benefício do PBF. Há também a notícia, vinculada com muito alarde, de que as famílias utilizavam os recursos do PBF para consumir bens supérfluos, como iogurtes e outros produtos não qualificados como de necessidades básicas.

O que pudemos depreender dos relatos das mulheres e homens entrevistadas/os é que esse recurso não se constitui num ganho adicional para a aquisição de supérfluos (aliás, pelo montante do recurso, pode-se perceber o absurdo dos noticiários que veicularam essa informação). Para a quase totalidade das pessoas entrevistadas, o PBF é utilizado para auxiliar na manutenção dos filhos na escola, com a compra de material escolar quando as instituições não o fornecem (e as escolas municipais raramente o fazem), a compra de uniformes, a compra de sapatos, e também em muitos casos para ajudar a pagar transporte escolar, quando as escolas ficam longe das moradias e os pais têm preocupação de deixar as crianças andarem sozinhas em bairros onde ocorrem violências (e não estamos todas/os sujeitos a elas, no processo de urbanização de nossos espaços de vida?).

Nos casos em que as/os entrevistadas/os revelaram não utilizar o recurso do PBF diretamente com os/as filhos/as, percebemos que o fazem de forma indireta. Para o Sr. Oscar e sua filha Poliana, avô e mãe de crianças beneficiárias na Tapera, o recurso paga o pão que a família consome mensalmente. Além da compra de alimentos, temos casos em que o benefício, por ser um ganho seguro recebido todos os meses, é utilizado para o pagamento de prestações de um bem de muita necessidade para a família toda, como uma máquina de lavar roupa, essencial para mães que trabalham fora, como é o caso da totalidade quase absoluta das entrevistadas, ou uma geladeira. Em pelo menos um dos casos, a prestação era da compra de computador para os filhos que precisavam frequentar *lan house*s para realizar as tarefas e pesquisas da escola. Muitos saem do banco em que recebem o benefício e passam pelo supermercado para as compras do mês, outra vai ao comércio para comprar o tênis de um dos filhos, deixando para adquirir o calçado do/a outro/a no próximo mês. Outro/a, ainda, vai comprar roupas para as crianças (no sul do

país o inverno é frio).

No presente estudo pode-se perceber que as mulheres que se destacaram pela sua presença qualificada junto à família, aos moradores dos bairros, às instituições, fizeram-no em decorrência de suas inserções em outros espaços de socialização tais como: igrejas, partidos, associações e em decorrência do processo de reflexão/crítica pessoal, grupal e comunitário, não havendo portanto, relação com um possível "empoderamento"[15] em decorrência de sua inserção no PBF e/ou ações por este implementadas.

O nível de consciência expresso por meio de suas falas indica clareza sobre o quanto sofrem com a precarização das políticas públicas, inclusive tendo que destinar os recursos recebidos para o pagamento de serviços que seriam de dever do Estado, como creche, transporte escolar e serviços de saúde. Seus depoimentos reforçam o quanto assessores políticos, lideranças partidárias e religiosas sabem se utilizar e beneficiar de tal situação.

No plano político se identificou que o termo "empoderamento" vem expressando controle dentro dos marcos estabelecidos pelos governos e agências multilaterais para a manutenção do *status quo* vem sendo utilizado como uma estratégia que ora reforça práticas de mudanças econômicas, trabalhistas, previdenciárias em curso e desloca a discussão sobre as relações de poder e de seu papel central.

Cabe destacar que, quando estamos falando de pobreza, deveríamos estar falando de relações de desigualdade, de dominação, de exploração, contudo o PBF nos contextos dos campos de pesquisa por vezes assume caráter de uma dádiva, algo que pode ser outorgado, que possibilita facilidade de acesso a certos bens ou serviços. Não se identificou na fala das entrevistas clareza quanto aos processos de organização dos diferentes grupos e classes sociais, as causas das desigualdade e pobreza e formas e formas para combate-las. Neste sentido, é possível inferir que a questão tática de iniciar o processo de combate à pobreza a partir de um foco "neutro, despolitizado, sem conflito" se faz presente em toda a estratégia do PBF, nos discursos e nas práticas das agências multilaterais.

Com relação às nossas perguntas sobre o que as/os entrevistadas/os achavam do PBF ter como titulares preferenciais as mulheres, recebemos em geral respostas

---

[15] No informe do World Bank(2002) empoderamento e redução da pobreza são apresentadas centenas de atividades e iniciativas apoiadas e promovidas pelo Banco, o Banco mundial se apresenta como quem mais promove o empoderamento, contudo seus exemplos pode questionar a visão ora otimista, , "neutra" e sem conflitos , ora como dáidva, ora como uma técnica que se aprende, ora como a superatomização do termo face as condições econômicas políticas e sociais.

concordando em que era a melhor forma de distribuir o benefício. Várias respostas confirmavam estereótipos a respeito da irresponsabilidade dos homens, gastando o dinheiro muitas vezes nos bares, com bebidas, sem se preocuparem com as famílias. Dentro dos estudos de gênero, os estudos de masculinidades costumam se referir ao peso das pressões sobre os homens, em função das responsabilidades com o provimento da família, da obrigação de se enquadrarem necessariamente aos padrões de uma masculinidade hegemônica (impossível de atingir, como tipo ideal que representa), a importância da categoria *trabalhador* como definidora de valor masculino (ROMANELLI, 1987). Os relatos sobre a questão do alcoolismo não se referiram somente aos homens, embora apenas uma mulher tenha sido relacionada a esse problema, durante a pesquisa em um dos bairros da cidade. Essa questão poderia ser melhor aprofundada, mas os estudos de masculinidades mostram uma maior incidência de homens nas taxas de suicídio, assim como de alcoolismo.

Nos argumentos da maioria dos sujeitos pesquisados, estes consideram justo as mulheres receberem o benefício, já que são elas as responsáveis pela casa, pela saúde e educação dos filhos, e por isso sabem gastar com mais parcimônia, pois sabem do que a família precisa; também reforçam estereótipos de feminilidade, que colocam as mulheres como cuidadoras, tendo que assumir como suas as tarefas do lar e da família. Perguntada sobre a existência de diferenças subjetivas entre homens e mulheres, Joan Scott (1990) respondeu que não acreditava que houvesse uma subjetividade natural que diferenciasse homens e mulheres, mas que acreditava, sim, na construção cultural, histórica, de uma subjetividade feminina.

Aliás, nos deparamos com depoimentos muito fortes de mães avós, com relação a filhos homens, dos quais precisavam assumir os filhos e filhas, seus netos/as, em função de problemas dos pais destes com drogas ou bebida. Mulheres entrevistadas também se referiram a esse problema com maridos e companheiros, umas já separadas, outras vivendo as experiências penosas de ter que sair com os filhos durante a noite e pedir abrigo nas casas de familiares, para se proteger e às crianças da violência doméstica, em função da dependência química do companheiro.

Sobre a questão da cidadania e da conscientização política das pessoas entrevistadas, verificamos que, ao lado de certa disseminação da visão de que recebem uma "ajuda" do governo, tivemos relatos de entrevistadas que se mostraram muito conscientes de seus direitos como cidadãs. Foi o caso de Rosa, na Tapera: *É complicadíssimo. Então quer dizer que a gente tem direitos, mas não tem acesso aos direitos que tem, não é verdade? [...] Tem muito governo, fala muito, chamam muito na*

televisão. Que é direito disso, direito daquilo outro, mas na prática na verdade não existe nada. E da entrevistada Gisele, da Ponta do Leal, afirmando que na época de eleições aparecem candidatos com cestas básicas na entrada da favela e todos os moradores correm para recebê-las. *Parece uma vila da miséria*, disse ela.

Uma das entrevistadas afirmou que o PBF representa para ela o direito de escolher o que comer, ao contrário de uma cesta básica, em que os produtos são escolhidos por outros que não conhecem as necessidades e preferências da família. Segundo ela, a cesta básica não contém itens básicos de alimentação, pois não tem frutas, não tem verduras, não tem carne não é básica, portanto.

O poder que elas demonstraram estava muitas vezes circunscrito aos espaços domésticos, no gerenciamento das inúmeras situações vivenciadas: abandono, uso abusivo de drogas, subemprego, entre outras. Se, no plano concreto, o recebimento do recurso financeiro advindo do PBF representa uma ajuda, uma relativa autonomia nos gastos, não se identificaram elementos que apontassem para uma clara compreensão das relações de poder e dos tipos de exercício de poder que conformam essas relações. Poderíamos, isto sim, indicar a existência de um "empoderamento"[16] do mercado, por meio da transferência de renda realizada pelas mulheres na compra de serviços que deveriam ser providos pelo Estado, no âmbito da assistência social, saúde, educação. Na medida em que a renda repassada às famílias em situação de pobreza pelo PBF, vem se constituindo em subsídio indireto para o acesso a serviços oferecidos pelo mercado, como creche, transporte, saúde, etc, em um contexto marcado pela diminuição de políticas públicas, em quantidade, qualidade e diversidade, não estaria em curso, um processo de privatização subsidiado pelo Estado em nome do "combate à pobreza", e em nome de uma maior autonomia das mulheres/mães?

Considerações finais

Nessa experiência de pesquisa em vários bairros de Florianópolis, acreditamos ter conseguido obter relatos singulares de mulheres e homens entrevistadas/os. Suas vivências testemunham para os/as pesquisadores/as a heterogeneidade dos arranjos

[16] No informe do World Bank (2002) são apresentadas dezenas de atividades e iniciativas apoiadas e promovidas pelo Banco visando o empoderamento, contudo por meio de seus exemplos pode-se questionar a visão ora otimista, "neutra" e sem conflitos do que vem a ser empoderamento , ora a visão do empoderamento como dádiva ou uma técnica que se aprende visando a superação das condições econômicas, políticas e sociais.

familiares e estratégias adotadas para gerir questões do cotidiano, que, inclusive, envolvem a própria sobrevivência das mulheres entrevistadas.

Além das fragilidades sociais decorrentes das condições de pobreza de que trata esta pesquisa, no trabalho de campo a equipe se deparou com situações em que mulheres estavam fragilizadas, tanto em função de contextos relacionais familiares em que o alcoolismo e as drogas estavam presentes e do sofrimento advindo da violência doméstica, quanto em decorrências de condições próprias de saúde, como depressão, "doença dos nervos" e outras.

Mas deparou-se também com muitas mulheres fortes, que trabalhavam fora e tinham a responsabilidade dos filhos e das casas, vivendo em condições precárias de moradias, muitas vezes em bairros com absoluta ausência de serviços de infraestrutura (Ponta do Leal, Vila do Arvoredo), convivendo com a família em contextos de violência social. Características que são comuns e decorrentes de questões estruturais que não estão limitadas a alguns países e continentes. Essas mulheres fortes, em geral tinham atuação também juntos às comunidades, enquanto lideranças comunitárias, ou como lideranças religiosas.

Destacando algumas das mulheres entrevistadas, Rosa na Tapera, Joana e Maria Eduarda na Vila do Arvoredo, Gisele na Ponta do Leal, vemos que são mulheres fortes, com estratégias de autonomia e decisão que extrapolam os contextos familiares. Mas estas características têm relações causais com o fato de serem titulares do BF, tendo acesso direto aos benefícios do Programa? Em outras palavras, o PBF é o fator de *empowerment* das mulheres, como afirmam as agências financiadoras , através de seus órgãos e agentes internacionais, nacionais e locais?

Este grupo de pesquisa acredita que não, que a conscientização política e o sentido de cidadania dessas mulheres foi sendo construído por elas em suas trajetórias de vida, em suas estratégias de lutas cotidianas. E por isso, por suas capacidades de agentes, elas foram levadas a desempenhar papéis de liderança, nas famílias, nas vizinhanças, nas comunidades, no coletivo.

Ao conceito de *empowerment,* as/os pesquisadoras/es contrapõem a categoria *agency,* que permite analisar melhor essas trajetórias de mulheres fortes e pobres, titulares do PBF em Florianópolis, em suas estratégias singulares de sobrevivência, nas famílias, nas comunidades e nas relações com o Estado, como agentes de suas próprias decisões e condutas.

Em face da diversidade encontrada quanto aos aspectos teóricos, técnicos, políticos e éticos que envolvem o PBF, a contribuição de olhares disciplinares em busca da elaboração de um saber numa perspectiva intersciplinar sem dúvida contribui para o rompimento da tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento

Os resultados não referendam qualquer tentativa de reforçar a desigualdade – este destaque é realizado em decorrência da tendência em naturalizar a pobreza sob o argumento de uma desigualdade ontológica entre os seres humanos. Mas os resultados indicam, sim, a necessidade de as políticas sociais, quer na sua concepção, quer na sua prática diária, quer também nos seus direitos e prerrogativas, abarcarem definições mais abrangentes de proximidade e compromisso com e para com as pessoas-cidadãs envolvidas[17]. Ou melhor, o que se observou foi o quanto a concepção de proteção social está sendo reduzida ao PBF e o quanto os limites deste Programa, quando enuncia ter como objetivo a emancipação das famílias, extrapola em muito a capacidade de qualquer programa social.

Identifica-se por meio de um enquadramento conceitual e metodológico que tanto por meio do arranjo Programático do Bolsa Família, como por meio da hipervalorização dos procedimentos burocráticos-administrativos, bem como por meio das falas das entrevistadas beneficiárias e gestoras, um silêncio imposto dada a legitimidade que ele adquiriu e uma quietude normalizada de um poder difuso e invisível, que contribui para manter intacta as causas estruturais da pobreza e da desigualdade. A pobreza teórica e o formalismo institucional contribuem para que agora, a "cidadã consumidora" possa adquirir, ainda que de forma insuficiente e com qualidade duvidosa, serviços que são de responsabilidade do Estado.

Assim, repensar o PBF é um aspecto importante, oportuno, e um passo à frente, desde que se incorpore a esse processo o debate sobre as mudanças na vida das famílias, em suas relações pessoais e em suas inserções no contexto da sociedade capitalista contemporânea. Até o presente, o PBF continua a ser residual e periférico. Residual na medida em que constitui um acréscimo marginal às políticas econômicas e sociais, e periférico porque não atinge os fatores estruturais que produzem e reproduzem a pobreza. A precariedade laboral, embora fator que contribua para a pobreza extrema, não constitui traço característico da situação de trabalho da grande maioria das entrevistadas, embora a sua condição salarial o seja. Estes resultados, ainda que parciais, remetem para a

[17] Cabe destacar que o recente Programa lançado pelo Governo Federal "Brasil Sem Miséria" parte do enunciado de que a miséria tem rostos e necessidades conforme a região. Esse Programa deverá atender 16,2 milhões de brasileiros (IBGE, 2010) cuja renda familiar *per capita* é inferior a R$ 70,00 mensais. Possui três eixos: a garantia da renda, a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos.

necessidade de medidas decisivas e eficazes, pois evidenciam a pobreza e a extrema pobreza como algo persistente em Florianópolis, cidade inclusive conhecida pelo seu elevado IDH na comparação com outras cidades brasileiras. As soluções não dependem somente de políticas sociais e/ou rearranjos técnicos, certamente indispensáveis, mas também da política econômica como um todo e do retorno à centralidade de políticas estruturais. Enfim, dependem da repartição equilibrada dos rendimentos, da propriedade e do poder.

Referências

ARAUJO, Danielle; FREITAS, Rosana de C. Martinelli. Os (des)caminhos do Serviço Social: Chile Solidário e Bolsa Família. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), 12., dez. 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004a.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004b.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: http://web.worldbank.org/empowerment. Acesso em: 26 abr. 2011.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Resoução n. 45 de 15 de outubro de 2004. DOU. 28 out. 2004.

BRASIL. Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.mds.gov.br. Acesso em: 13 maio 2010.

BICHIR, Renata M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos Programas de Transferência de Renda. Novos Estudos, São Paulo, n. 87, jul. 2010.

BIDET-MORDREL, Annie; BIDET, Jacques. Les rapports de sexe comme rapports sociaux suivi de rapports sociaux de sexe et rapports sociaux de classe. In: BIDET-

BRIGGS, Charles L. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research (Studies in the Social and Cultural Foundations of Language). Reino Unido: Cambridge University Press, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Pesquisas em *versus* pesquisas com seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres et alii. Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

CHANT, Silvia. Rethinking the 'femiminization of poverty' in relation to aggregate gendes indices. Journal of Human Development, v. 7, n. 2, p. 201-220, 2006.

CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elisabeth et alii. Gender myths an feminisation

fables: the struggle for interpretive power in gender and development. Development and Change, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2007.

DA MATTA, Roberto. (1978). O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: Nunes, E. de O. (Org.). A Aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.

FONSECA, Cláudia. (1999). Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação,10, p. 58-78.

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, (2000).

FREITAS, Rosana C. M. Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). Leituras de resistência: corpo, violência e poder. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. v. II, p. 269-298.

FREITAS, Rosana C. M. Os desafios para a proteção social e a igualdade Programa Bolsa Família e relações de gênero, raça/etnia em Florianópolis/SC. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina,Projeto de Pesquisa, 2010.

FREITAS, Rosana C. M.; PAULA, Selma R.e MARTINS, Ana Paula. Programas deTransferência Condicionada de Renda – Bolsa Família em Florianópolis expressões de subordinação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GEERTZ, Cliford. (1989). A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos.

GLENN, Evelyn Nakano. De la servitude au travail de servisse: les continuités historiques de la division raciale du travail reproductif payé. In: DORLIN, Elsa (direction). Sexe, Race, Classe, pour une épistémologie de la domination.Paris: PUF, 2009, p.21-70.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ibge Acesso em: 18 de jul. 2011.

KAZTMAN, R. La dimensión espacial en las políticas de superación de la pobreza urbana. Santiago: División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos, 2003.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LUSTOSA, Iramaia Bruno da Silva. Percepção do efeito do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias em Fortaleza, Ceará. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009.

MARTINS, Ana Paula. Pobreza e proteção social: um estudo sobre a permanência e a

inclusão intergeracional das famílias inseridas no Programa Bolsa Família (PBF) em Florianópolis. 2011. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MORDREL, Annie (Coord.). Les rapports sociaux de sexe. França: PUF, 2010, p. 15-43.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (2000). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15/São Paulo: UNESP, p. 17-35.

PAULA, Selma Ramalho de. Intersetorialidade: um debate necessário para a gestão de políticas públicas e organização do trabalho. 2011. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade. 1987. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALVADOR, Nilse M.; SILVA, Elizabeth Farias da. Breve caracterização histórica da economia de Santa Catarina. In: LENZI, Zuleika M.; SALVADOR, Nilse M. Mapeamento da cultura popular de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/UDESC, 1991. Relatório final de pesquisa.

SCHWARTZMAN, Simon. Bolsa Família: mitos e realidade. Interesse Nacional, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, ano 2, n. 7, p. 20-28, dez. 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Schwarcz, 1999.

SENNA, Monica C. et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10.pdf > Acesso em: 2 abr. de 2010.

SILVA, Elizabeth Farias da Silva. Ontogenia de uma universidade: a universidade de Santa Catarina (1962-1980). 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SILVA, Elizabeth Farias da. Das sutilezas das práticas sociais: riscos e oportunidades. Políticas & Sociedade, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 259-262, 2004.

VASCONCELOS, Ana Maria. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WORLD BANK. Empowerment and poverty reduction: a soucerbook. Washington. PREM, Mai, 2002, 280p.

Apêndice 1

QUADRO 1 – Entrevistadas Bairro Tapera[18]

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS/OS														
Nº	Nome	Local e família de origem - SC	Irmãos	Idade	Escola	Estado civil	Nº de filhas	Nº de filhos	Raça / Etnia	Trabalho/ profissão	Religião	Nº de beneficiários	Titular do benefício.	Tempo de residência no bairro
01	Oscar	Santa Cruz do Sul (RS)	10	66	3ª série do E.F.	Separado	3	1	Negro	Aposenta-do	Evangélico	3	Sim	3 anos
02	Ana Maria	Fpolis (Alto Ribei-rão)	5	64	Analfa-beta	Casada	2	6	Branca	Aposenta-da	Católica Umbandista e espírita	1	Não	36 anos
03	Rosa	Fpolis (Costei-ra)	9	39	6ª série do E.F.	Casada	4	1	Branca	Autônoma	-	3	Sim	4 anos
04	Mari-ana	Fpolis (Costei-ra)	4	15	7ª série do E.F.	Solteira	0	0	Branca	Estudante	Evangélica	0	Benefici ária indireta	4 anos
05	Dalva	Xanxerê	5	50	5ª série do E.F.	Casada	0	2	Branca	Serviços Gerais	Católica	2	Sim	--
06	Bár-bara	Fpolis	5	31	8ª série do E.F.	Casada	1	2	Branca	Aux. De transporte escolar	Espírita	3	Sim	18 anos aproximada-mente
07	Sônia	Curiti-bamos	-	42	2º grau complet o	Casada	1	0	Branca	Motorista de transporte escolar	Espírita	1	Sim	25 anos aproximada-mente
08	Vera	Lages/ SC	-	77	-	Viúva	2	9	Branca	Aposenta-da	Evangélica	-	Não	30 anos
09	Glória	Santa Cruz do Sul/RS	-	61	4ª série do E.F.	Casada	3	1	Negra	Aposenta-da	Testemunha de Jeová	-	Não	11 anos
10	Maria	São José dos Pinhais (PR)	-	44	-	Casada	1	1	Branca	Perícia	Adventista	1	Não	22 anos
11	João	Paulo Lopes (SC)	10	50	-	Casado	1	1	Branc o	Aposentad o	Adventista	1	Sim	22 anos
12	Clari-ce	Fpolis	8	-	8ª série do E.F.	Casada	2	--	Negra	Perícia	Umabanda	1 (suspenso)	Sim	15 anos
13	Poliana	Santa Cruz do Sul (RS)	3	40	2º grau incom-pleto	Casada	2	2	Negra	Aposenta-da por invalidez	Evangélica	3 beneficiários indiretos	Não	15 anos aproximada-mente

Legenda:

(-) Não informa

18

Apêndice 2

QUADRO 2- Entrevistadas/os na Vila do Arvoredo[19]

Nº	Nome	Local e família de origem	Irmãos	Idade	Escola	Estado civil	Nº filhas	Nº filhos	Raça/ etnia	Trabalho/ profissão	Religião	Núm. de beneficiários	Titilar do Benefício	Tempo de residência no bairro
01	Naiá	São Miguel do Oeste	1	39 anos	Até a quarta série	Divorciada	4	0	Branca	Cuida de crianças	Evangélica: Igreja Palavra Viva	1	Sim	8 anos
02	Santina	Ijuí	-	49 anos	Não estudou	Casada	1	2	Branca	-	-	-	Não	-
03	Maria Eduarda	Lagoa Vermelha - RS	-	32 anos	Até a 5ª série	União estável	2	4	Branca	Faxineira	Católica	3	Não	12 anos
04	Dora	São Muguel do Oeste	3	44 anos	Até a 4ª série	Solteiro	1	2	Negra	Faxineira	Católica	3	Sim	14 anos
05	Adriano	Paraná	-	-	Até a 8ª série	Casado	3	2	Negro	Autônomo	Não tem	0	Não	
06	Marina	São Miguel do Iguaçu	4	35 anos	-	Casada	2	0	Branca	Faxineira	-	-	Sim	
07	Joana	São Miguel do Iguaçu	4	37 anos	Até o 2. Ano do E.M.	Solteira	2	1	Parda	Faxineira	-	2	Sim	

[19] Conforme acordado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE) o nome das/os entrevistadas/os são fictícios - Comitê de Ética : FR 459674

Apêndice 3

QUADRO 3- Entrevistadas/os na Ponta do Leal

Nº	Nome	Local e família de origem	Irmãos	Idade	Escola	Estado civil	Nº filhas	Nº filhos	Raça/ etnia	Trabalho/ profissão	Religião	Nª de benef icia-dos	Titular do bene fício	Tempo de residên cia no bairro
01	Suzana	Rio do Sul	7	44 anos	Até 4ª do E.F.	Solteira	1	0	Negra	Diarista	Católica	3	sim	-
02	Maria	Florianópolis	1	21 anos	Até 1ª do E.M.	Solteira	0	1	Mulata	Autônoma	Não possui	1	sim	-
03	Tereza	Paulo Lopes	-	56 anos	Até 4ª do E.F.	Viúva	2	0	Negra	Aposentada	Não possui	1	não	-
04	Marisa	Garopaba	-	47 anos	Até 6ª do E.F.	Viúva	2	4	Mulata	Catadora de latinha	Não possui	1	sim	15 anos
05	Nívea Maria	Rio do Sul	-	47 anos	Até 6ª do E.F.	-	3	5	Mulata	Artesã	Católica	1	sim	23 anos
06	Bianca	Campos Novos	1	41	Até 8ª do E.F.	Casada	3	2	Branca	Diarista	Evangélica	0	Não	4 anos

Apêndice 4

QUADRO 4 - Entrevistadas/os no Monte Cristo

Identificação das Entrevistas/os[20]

[20] Conforme acordado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE) o nome das/os entrevistadas/os são fictícios - Comitê de Ética : FR 459674

Localidade Chico Mendes														
Nº	Nome	Local e família de origem - SC	Irmãos	Idade	Escola	Estado civil	Nº de filhas	Nº de filhos	Raça / Etnia	Trabalho/ profissão	Religião	Nº de beneficiários	Titular do benefício	Tempo de residência no bairro
01	Bianca	Campos Novos	1	41	Até a 8ª do E.F.	Casada	3	2	Branca	Diarista	Evangélica	3	Sim	4 anos
Localidade Grota														
Nº	Nome	Local e família de origem - SC	Irmãos	Idade	Escola	Estado civil	Nº de filhas	Nº de filhos	Raça / Etnia	Trabalho/ profissão	Religião	Nº de beneficiários	Titular do benefício	Tempo de residência no bairro
01	Natasha	Lages	4	28	Até a 8ª série do E.M.	União Estável	1	0	Parda	Gari	Evangélica	1	Sim	25 anos
02	Mara	Urubici	-	33	Até a 7ª série do E.F.	Casada	5		Branca	Diarista	Católica	3	Sim	-
03	Salete	Lages	-	50	Não estudou	Divorciada	6	6	Negra	Faxineira	Evangélica	-	Sim	33anos

Desigualdade ,Pobreza e Políticas Econômicas e Sociais
Bolsa Família na Assistência Social
Por quê?
Bolsa Família na Educação
Bolsa Família na Saúde
http://bolsafamilia.datasus.gov.br

Colóquio Internacional: O Programa Bolsa Família no contexto internacional
18-21 de abril de 2011-11-16

1-Mara C. S. Lago (Doutora -coordenação)
2-Elizabeth Farias da Silva (Doutora)
3-Rosana de C. Martinelli Freitas (Doutora)
4-Fernanda Cardozo (Assistente de pesquisa III)
5- Ana Paula Martins (Auxiliar de pesquisa -I)
6-Ângela Pereira Figueiredo (Auxiliar de pesquisa-I)
7-Francieli Souza de Oliveira (Auxiliar de pesquisa-I)
8-João Matheus Acosta Dallmann (Auxiliar de pesquisa-I)
9- Kelem Ghellere Rosso (Auxiliar de pesquisa-I)
10-Lívia Espíndola Monte (Auxiliar de pesquisa-I)
11-Selma Ramalho de Paula (Auxiliar de pesquisa-I)
12- Yuri Eller Verzola (Auxiliar de pesquisa-I)

Participantes UNIL: Daniela Lopes e Pablo Diaz

1-Mara C. S. Lago (Doutora -coordenação)
2-Elizabeth Farias da Silva (Doutora)
3-Rosana de C. Martinelli Freitas (Doutora)
4- Ana Paula Martins (Auxiliar de pesquisa -I)
5-João Matheus Acosta Dallmann (Auxiliar de pesquisa-I)
6-Lívia Espíndola Monte (Auxiliar de pesquisa-I)
7-Selma Ramalho de Paula (Auxiliar de pesquisa-I)
8- Yuri Eller Verzola (Auxiliar de pesquisa-I)

Florianópolis, agosto de 2011.